



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 004/2025.

ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI N.º 2.521/2002.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ**, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI;

Art. 1º Altera o título da Seção IV, Capítulo II, Título VIII, da Lei n.º 2.521, de 19 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte nomenclatura:

“Seção IV
Da Restituição e Compensação”

Art. 2º Fica incluído os artigos 322-A e 322-B a Lei Municipal n.º 2.521, de 19 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

“Art. 322-A. A Secretaria Municipal da Fazenda, antes de proceder à restituição de indébito, verificando a existência de crédito de natureza tributária da Fazenda Municipal contra o sujeito passivo, inscritos ou não em Dívida Ativa, poderá promover a quitação com o valor a ser restituído, mediante compensação em procedimento administrativo.

§ 1º O reconhecimento do direito à compensação dar-se-á a pedido do sujeito passivo ou de ofício e abrangerá tão somente créditos líquidos e certos, sobre os quais não incidam discussões administrativas ou judiciais pendentes de trânsito em julgado na forma do art. 170-A do Código Tributário Nacional.

§ 2º A compensação será efetuada através de processo administrativo e se restringirá a compensação de créditos do sujeito passivo perante a Fazenda Pública Municipal, decorrentes de restituição ou ressarcimento, com seus débitos tributários relativos a quaisquer tributos, ainda que não sejam da





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

mesma espécie, devendo ser observado a ordem de imputação de pagamento prevista no art. 163 do CTN.

§ 3º O crédito em favor do sujeito passivo que remanescer do procedimento de compensação ser-lhe-á restituído, ou, por sua opção, poderá ser utilizado para compensação no recolhimento do mesmo tributo, relativamente a períodos subsequentes.

§ 4º A compensação de ofício será precedida de notificação ao sujeito passivo, que poderá manifestar-se, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação. Caso o contribuinte apresente impugnação, o procedimento compensatório ficará suspenso até decisão final da autoridade competente.

§ 5º No caso de discordância do sujeito passivo da compensação de ofício para créditos com exigibilidade suspensa, a Secretaria da Fazenda reterá o valor da restituição até que o débito seja liquidado.

§ 6º A compensação não se aplica aos tributos incluídos no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, que obedecerão às regras estabelecidas pela Lei Complementar n.º 123/06 e legislação aplicável, ressalvadas aqueles débitos já encaminhados pela administração do Simples Nacional para inscrição em Dívida Ativa pelo Município, observando-se o § 7º deste artigo.

§ 7º Os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa do Município, quando ajuizados, somente poderão ser compensados depois de ouvida a Procuradoria Geral do Município, a quem indicará as providências legais necessárias referentes ao prosseguimento da compensação em âmbito administrativo e seus reflexos em âmbito judicial.

§ 8º A compensação de que trata este artigo:

- I. extingue o crédito tributário, parcial ou integralmente, até o limite efetivamente compensado;
- II. alcança o valor devido pelo sujeito passivo relativo ao crédito tributário; e
- III. importa na confissão irretratável da dívida e da responsabilidade tributária.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Art. 322-B. Fica o contribuinte, sujeito ativo direto, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN - variável, autorizado a proceder a compensação dos valores declarados e recolhidos a maior aos cofres municipais, em meses imediatamente subsequentes ao da ocorrência, conforme disposto em regulamento, desde que a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica tenha sido emitida através do Sistema Tributário do Município e não tenha débito com a Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo único. Nos demais casos a compensação obedecerá ao previsto no § 2º do art. 322-A.”

Art. 3º Esta Lei será regulamentada, no que for necessário, após a entrada em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aracruz, 11 de novembro de 2025.

JEAN CARLO GRATZ PEDRINI

Presidente da Câmara Municipal de Aracruz



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340030003300320034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JEAN CARLO GRATZ PEDRINI** em 11/11/2025 16:06

Checksum: **FF5B5160537FB7D87B68B99C10662713A1331F1ECB2DA6906EF580D72C44D9AD**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 340030003300320034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.